

## Ex-governador diz que não deu ordem, mas invasão do Carandiru foi necessária

Governador à época em que ocorreu o massacre do Carandiru, Luiz Antonio Fleury Filho prestou depoimento nesta terça-feira (16/4) no Júri Popular no Fórum da Barra Funda, em São Paulo. O ex-chefe do Executivo disse não ter dado a ordem para a invasão policial, quando 111 presos foram executados. Ele, no entanto, defendeu a conduta das tropas.

“Não dei ordem para a entrada, mas foi absolutamente necessária e legítima. Se estivesse no meu gabinete, teria dado [a autorização para a invasão da polícia]. A polícia não pode se omitir”, disse ele, durante o depoimento. A Polícia Militar entrou no pavilhão 9 da Casa de Detenção do Carandiru pouco após o início de uma rebelião de presos. Segundo Fleury, a informação era a de que alguns presos haviam morrido após briga entre os próprios detentos.

“A responsabilidade política do episódio é minha. A criminal cabe ao tribunal responder”. Em depoimento de 40 minutos, Fleury Filho contou que estava em Sorocaba em 2 de outubro de 1992, data do massacre. No interior do estado, Fleury Filho soube sobre a rebelião e que o secretário de Segurança Pública da época, Pedro Franco de Campos, cuidava do caso.

Naquele dia, Fleury disse ter sido informado que a invasão policial no Carandiru tinha provocado 40 mortes. Só na noite de domingo ele recebeu a confirmação de que havia 111 vítimas. O ex-governador contou também que os ânimos das tropas se alteraram quando houve a notícia de que o comandante da Polícia Militar à época, Ubiratan Guimarães, foi atingido por um tubo de TV e tinha desmaiado, pouco depois da invasão.

O ex-governador negou que uma organização criminosa, que atua nos presídios paulistas, tenha sido criada após a tragédia. “O PCC, que dizem ter sido criado em razão desse episódio, era apenas um time de futebol até o final do meu mandato (1991-1994). No meu governo, não teve espaço para crescer e se intensificou no governo seguinte [governo Mário Covas], quando ocorreram 22 rebeliões em dois meses”.

Fleury Filho foi a quarta testemunha de defesa ouvida neste segundo dia do julgamento. Antes prestaram depoimento os desembargadores Ivo de Almeida, Fernando Torres Garcia e Luis Antonio San Juan França, que era titular da Vara de Execuções Criminais. Uma sindicância, de acordo com San Juan França, apurou que houve policiais feridos durante o massacre e que foram apreendidas armas com os presos, que lhe foram entregues por policiais.

### Leitura de peças

Após os depoimentos de seis testemunhas de defesa e de um breve intervalo, o juiz José Augusto Nardy Marzagão prosseguiu o julgamento do Carandiru dando início à leitura de peças sobre o caso. Também serão lidos, nessa fase, antigos depoimentos sobre o caso, de pessoas que já morreram, além de laudos periciais. A leitura de peças deve prosseguir até esta quarta-feira (17/4), pela manhã.



As testemunhas de defesa, ouvidas nesta terça-feira, foram arroladas pela advogada Ieda Ribeiro de Souza, que defende os 26 policiais acusados pelas mortes de 15 detentos que ocupavam o segundo pavimento do Pavilhão 9, na antiga Casa de Detenção do Carandiru. A tese da defesa considera que a conduta dos policiais não pode ser individualizada, ou seja, não é possível dizer quais policiais atiraram ou foram responsáveis e por quais mortes.

Por causa do grande número de réus, 79 policiais, o julgamento do Massacre do Carandiru foi dividido em etapas. Nesta primeira fase estão sendo julgados 26 policiais, responsabilizados por 15 mortes ocorridas no segundo pavimento do Pavilhão 9. Nesta quarta-feira, deverão ser ouvidos mais quatro policiais réus no caso. *Com informações da Agência Brasil.*

**Date Created**

16/04/2013